

JOSÉ JAIRO GOMES

# DIREITO ELEITORAL

**21<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada  
e ampliada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.04.2025
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2025 by*  
**Editora Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

G614d  
21. ed.

Gomes, José Jairo  
Direito eleitoral / José Jairo Gomes. - 21. ed., rev., atual. e ampl. - Barueri [SP] :  
Atlas, 2025.  
880 p. ; 24 cm.

Apêndice  
Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-5977-744-0

1. Direito eleitoral - Brasil. I. Título.

25-97209.0

CDU: 342.8(81)



---

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Direitos Políticos .....</b>	<b>1</b>
1.1	Compreensão dos direitos políticos.....	1
1.1.1	Política .....	1
1.1.2	Direito político, direito constitucional e ciência política.....	3
1.1.3	Direitos políticos .....	4
1.2	Direitos humanos e direitos políticos.....	5
1.3	Direitos fundamentais e direitos políticos .....	7
1.4	Privação de direitos políticos.....	8
1.4.1	Considerações iniciais .....	8
1.4.2	Cancelamento de naturalização .....	9
1.4.3	Incapacidade civil absoluta .....	10
1.4.3.1	Pessoas portadoras de deficiência.....	11
1.4.4	Condenação criminal transitada em julgado .....	12
1.4.5	Recusa de cumprir obrigação a todos imposta .....	20
1.4.6	Improbidade administrativa.....	22
<b>2</b>	<b>Direito Eleitoral .....</b>	<b>25</b>
2.1	Conceito e fundamento do direito eleitoral.....	25
2.2	O microsistema eleitoral.....	26
2.3	Conceitos indeterminados .....	27
2.4	Fontes do Direito Eleitoral .....	27
2.5	Hermenêutica eleitoral .....	30
2.5.1	Proporcionalidade e princípio da razoabilidade.....	33
2.6	Relação com outras disciplinas.....	38
<b>3</b>	<b>Princípios de Direito Eleitoral .....</b>	<b>41</b>
3.1	Sobre princípios.....	41
3.1.1	Princípio e valor .....	45
3.2	Princípios de Direito Eleitoral .....	47
3.3	Democracia .....	49
3.3.1	Ideia de democracia .....	49

3.3.2	Democracia representativa .....	52
3.3.3	Estado Democrático de Direito.....	54
3.4	Soberania popular .....	54
3.5	Princípio republicano .....	55
3.6	Sufrágio universal.....	56
3.6.1	O que é sufrágio?.....	56
3.6.2	Sufrágio e cidadania.....	57
3.6.3	Classificação do sufrágio.....	57
3.6.4	Sufrágio e voto.....	59
3.7	Legitimidade das eleições.....	59
3.8	Moralidade .....	60
3.9	Probidade .....	61
3.10	Igualdade ou isonomia .....	62
3.11	Pluralismo político.....	63
3.12	Liberdade de expressão.....	65
3.12.1	Dimensão eleitoral da liberdade de expressão .....	69
<b>4</b>	<b>Justiça Eleitoral</b> .....	<b>71</b>
4.1	Considerações iniciais .....	71
4.2	Funções da justiça eleitoral .....	74
4.2.1	Função administrativa.....	74
4.2.2	Função jurisdicional .....	75
4.2.3	Função normativa .....	76
4.2.4	Função consultiva .....	77
4.3	Tribunal Superior Eleitoral .....	77
4.4	Tribunal Regional Eleitoral .....	80
4.5	Juízes eleitorais.....	83
4.6	Juntas Eleitorais .....	84
4.7	Divisão geográfica da Justiça Eleitoral.....	85
<b>5</b>	<b>Funções essenciais à Justiça Eleitoral</b> .....	<b>87</b>
5.1	Ministério Público Eleitoral.....	87
5.1.1	Considerações iniciais .....	87
5.1.2	Procurador-Geral Eleitoral .....	88
5.1.3	Procurador Regional Eleitoral.....	89
5.1.4	Promotor Eleitoral .....	89
5.1.5	Conflitos de atribuição entre membros do MP Eleitoral.....	92
5.2	Defensoria Pública Eleitoral .....	93
5.3	Advocacia eleitoral .....	93
<b>6</b>	<b>Partidos políticos</b> .....	<b>95</b>
6.1	Introdução.....	95
6.2	Definição .....	97
6.2.1	Função .....	98
6.2.2	Distinção de partido político e outros entes.....	99
6.2.3	Coligação partidária .....	99
6.2.4	Federação partidária.....	101

6.3	Regime e natureza jurídica.....	103
6.3.1	Regime jurídico.....	103
6.3.2	Natureza jurídica.....	103
6.4	Registro no TSE.....	103
6.5	Organização.....	105
6.5.1	Liberdade de organização.....	105
6.5.2	Estrutura geral.....	105
6.5.3	Incorporação e fusão de partidos.....	107
6.5.4	Fundação e instituto partidário.....	108
6.6	Filiação, desfiliação, suspensão e cancelamento de filiação partidária.....	109
6.7	Propaganda partidária e intrapartidária.....	112
6.7.1	Propaganda partidária.....	112
6.7.2	Propaganda intrapartidária.....	116
6.7.3	Responsabilização por propaganda ilícita.....	117
6.8	Finanças partidárias.....	117
6.8.1	Financiamento partidário.....	117
6.8.2	Despesas partidárias.....	120
6.8.3	Prestação de contas partidárias.....	121
6.8.4	Imunidade tributária.....	123
6.8.5	Tribunal de Contas da União.....	124
6.9	Fidelidade partidária.....	124
6.10	Perda de mandato por infidelidade partidária.....	126
6.11	Extinção de partido político.....	137
6.12	Competência jurisdicional para questões partidárias.....	138
6.13	Vícios do sistema partidário brasileiro.....	139
6.14	Improbidade administrativa em partido político.....	141
<b>7</b>	<b>Sistemas eleitorais.....</b>	<b>145</b>
7.1	Considerações iniciais.....	145
7.2	Sistema majoritário.....	145
7.2.1	Sistema distrital.....	146
7.2.2	Distritão.....	148
7.3	Sistema proporcional.....	149
7.3.1	Introdução.....	149
7.3.2	Sistema proporcional no Brasil.....	150
7.3.3	Distribuição de cadeiras – quocientes eleitoral e partidário e sobras eleitorais.....	151
7.3.4	Críticas ao sistema proporcional.....	155
7.3.5	Suplência.....	157
7.3.6	Lista aberta, fechada e flexível.....	158
7.4	Sistema misto.....	159
<b>8</b>	<b>Alistamento eleitoral.....</b>	<b>161</b>
8.1	Considerações iniciais.....	161
8.1.1	Proteção de dados pessoais e sigilo do cadastro eleitoral.....	161
8.1.2	Domicílio eleitoral.....	162
8.2	Alistamento eleitoral obrigatório.....	163

8.2.1	Realização do alistamento.....	163
8.2.2	Pessoas obrigadas a se alistar .....	165
8.3	Alistamento eleitoral facultativo .....	168
8.4	Inalistabilidade .....	168
8.5	Transferência de domicílio eleitoral.....	169
8.6	Cancelamento e exclusão .....	172
8.7	Revisão do eleitorado.....	174
<b>9</b>	<b>Elegibilidade .....</b>	<b>177</b>
9.1	Caracterização da elegibilidade.....	177
9.2	Condições de elegibilidade .....	177
9.2.1	Nacionalidade brasileira.....	178
9.2.2	Pleno exercício dos direitos políticos .....	178
9.2.3	Alistamento eleitoral.....	179
9.2.4	Domicílio eleitoral na circunscrição.....	179
9.2.5	Filiação partidária .....	180
9.2.6	Idade mínima.....	182
	9.2.6.1 Há idade máxima para se candidatar? .....	183
9.3	Elegibilidade de militar.....	184
9.4	Reelegibilidade.....	186
9.5	Momento de aferição das condições de elegibilidade .....	186
9.6	Arguição judicial de falta de condição de elegibilidade .....	188
9.7	Perda superveniente de condição de elegibilidade .....	188
<b>10</b>	<b>Inelegibilidade .....</b>	<b>191</b>
10.1	Conceito .....	191
10.2	Fonte.....	192
	10.2.1 Tratado ou convenção internacional e inelegibilidade.....	192
10.3	Natureza jurídica e fundamento.....	194
	10.3.1 Natureza jurídica da inelegibilidade .....	194
	10.3.2 Fundamento da inelegibilidade.....	196
10.4	Princípios reitores .....	197
10.5	Classificação .....	198
10.6	Duração da inelegibilidade .....	199
10.7	Incompatibilidade e desincompatibilização .....	200
	10.7.1 Desincompatibilização e reeleição .....	200
	10.7.2 Flexibilização do instituto da desincompatibilização? .....	201
10.8	Inelegibilidades constitucionais.....	201
	10.8.1 Considerações iniciais .....	201
	10.8.2 Inelegibilidade de inalistáveis .....	202
	10.8.3 Inelegibilidade de analfabetos .....	202
	10.8.4 Inelegibilidade por motivos funcionais.....	205
	10.8.5 Inelegibilidade reflexa: cônjuge, companheiro e parentes .....	210
	10.8.5.1 Inelegibilidade reflexa derivada de matrimônio e união estável .....	214
	10.8.5.2 Inelegibilidade reflexa e família homoafetiva .....	218

10.8.5.3	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por consanguinidade ou adoção até o 2º grau.....	218
10.8.5.4	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por afinidade até o 2º grau.....	219
10.8.5.5	Município desmembrado e inelegibilidade reflexa .....	219
10.9	Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.....	219
10.9.1	Considerações iniciais .....	219
10.9.2	A Lei Complementar nº 64/90.....	220
10.9.3	Inelegibilidades legais absolutas – LC nº 64/90, art. 1º, I.....	221
10.9.3.1	Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, <i>b</i> ) .....	222
10.9.3.2	Perda de mandato executivo (art. 1º, I, <i>c</i> ).....	223
10.9.3.3	Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, <i>d</i> ) .....	224
10.9.3.4	Condenação criminal, vida progressa e presunção de inocência (art. 1º, I, <i>e</i> ) .....	227
10.9.3.5	Indignidade do oficialato (art. 1º, I, <i>f</i> ).....	235
10.9.3.6	Rejeição de contas (art. 1º, I, <i>g</i> ).....	236
10.9.3.7	Abuso de poder econômico ou político por agente público (art. 1º, I, <i>h</i> ) .....	245
10.9.3.8	Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, <i>i</i> ).....	247
10.9.3.9	Ilícitos eleitorais: corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, captação ou gasto ilícito de recurso em campanha, conduta vedada (art. 1º, I, <i>j</i> ) .....	248
10.9.3.10	Renúncia a mandato eletivo (art. 1º, I, <i>k</i> ) .....	250
10.9.3.11	Improbidade administrativa (art. 1º, I, <i>l</i> ).....	251
10.9.3.12	Exclusão do exercício profissional (art. 1º, I, <i>m</i> ) .....	255
10.9.3.13	Simulação de desfazimento de vínculo conjugal (art. 1º, I, <i>n</i> ).....	256
10.9.3.14	Demissão do serviço público (art. 1º, I, <i>o</i> ) .....	257
10.9.3.15	Doação eleitoral ilegal (art. 1º, I, <i>p</i> ).....	258
10.9.3.16	Magistrado e membro do MP: aposentadoria compulsória, perda de cargo e pedido de exoneração na pendência de PAD (art. 1º, I, <i>q</i> ) .....	261
10.9.4	Inelegibilidades legais relativas – LC nº 64/90, art. 1º, II a VII.....	262
10.9.4.1	Inelegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República .....	263
10.9.4.2	Inelegibilidade para Governador e Vice-Governador .....	264
10.9.4.3	Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito.....	264
10.9.4.4	Inelegibilidade para o Senado .....	265
10.9.4.5	Inelegibilidade para a Câmara de Deputados .....	265
10.9.4.6	Inelegibilidade para a Câmara Municipal .....	265
10.9.4.7	Desincompatibilização – regramento geral de servidores públicos .....	265
10.9.4.8	Situações especiais .....	269
10.10	Arguição judicial de inelegibilidade .....	275
10.11	Aferição das causas de inelegibilidade.....	275

10.11.1	Regra geral: aferição no momento do registro de candidatura.....	275
10.11.2	Inelegibilidade superveniente: momento de aferição.....	276
10.11.3	Inelegibilidade posterior à data da eleição: irretroatividade da inelegibilidade.....	277
10.12	Elegibilidade superveniente.....	277
10.12.1	Alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao pedido de registro: parte final do § 10, art. 11, LE.....	277
10.12.2	Revogação da suspensão do ato gerador da inelegibilidade.....	281
10.12.3	Inelegibilidade extinta após a data da eleição: irretroatividade da elegibilidade.....	283
10.13	Suspensão de inelegibilidade.....	283
10.13.1	O art. 26-C da LC n° 64/90.....	283
10.13.2	Efeito suspensivo de recurso.....	286
11	<b>Processo eleitoral</b> .....	287
11.1	O que é processo eleitoral?.....	287
11.2	Salvaguarda do processo eleitoral.....	290
11.3	Anualidade eleitoral.....	291
12	<b>Convenção partidária</b> .....	297
12.1	Caracterização da convenção partidária.....	297
12.2	Impugnação da convenção.....	300
12.3	Quantos candidatos podem ser escolhidos em convenção?.....	301
12.4	Modo de indicação de candidato para vaga remanescente e substituição.....	301
12.5	Divulgação pública da convenção.....	302
12.6	Prévias partidárias ou eleitorais.....	302
12.6.1	Primárias americanas.....	303
13	<b>Registro de candidatura</b> .....	305
13.1	Processo de registro de candidatura.....	305
13.1.1	Considerações iniciais.....	305
13.1.1.1	Candidatura coletiva.....	307
13.1.2	Rito.....	308
13.1.3	Formalidades para o pedido de registro.....	312
13.1.3.1	Documentos necessários ao registro.....	313
13.1.3.2	Identificação do candidato.....	320
13.1.3.3	Verificação e validação de dados e fotografia.....	322
13.1.4	Requerimento de registro de candidatura individual – RRCI.....	322
13.1.5	Candidatura nata.....	322
13.1.6	Número de candidatos que pode ser registrado por partido.....	323
13.1.7	Quota eleitoral de gênero.....	326
13.1.7.1	A questão dos trans, transgênero e transexual.....	331
13.1.7.2	Fraude na quota de gênero.....	331
13.1.7.3	Financiamento da quota de gênero.....	334
13.1.8	Quota eleitoral étnico-racial.....	335
13.1.9	Vagas remanescentes.....	335
13.1.10	Substituição de candidatos.....	335

	13.1.10.1	Substituição de candidato majoritário .....	337
	13.1.10.2	Substituição de candidato proporcional .....	339
13.2		Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	339
	13.2.1	Notícia de inelegibilidade.....	339
	13.2.2	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC) .....	340
	13.2.2.1	Caracterização da ação de impugnação de registro de candidato.....	340
	13.2.2.2	Procedimento .....	341
	13.2.2.3	Prazos .....	342
	13.2.2.4	Início do processo.....	343
	13.2.2.5	Competência .....	344
	13.2.2.6	Petição inicial .....	344
	13.2.2.7	Objeto.....	344
	13.2.2.8	Causa de pedir.....	344
	13.2.2.9	Partes .....	347
	13.2.2.10	Citação do impugnado.....	351
	13.2.2.11	Defesa .....	351
	13.2.2.12	Sucessão processual e substituição de candidato.....	352
	13.2.2.13	Desistência da ação.....	353
	13.2.2.14	Tutela provisória .....	354
	13.2.2.15	Extinção do processo sem resolução do mérito .....	356
	13.2.2.16	Julgamento antecipado do mérito .....	357
	13.2.2.17	Fase probatória: audiência de instrução e diligências.....	357
	13.2.2.18	Alegações finais.....	358
	13.2.2.19	Julgamento.....	359
	13.2.2.20	Eficácia da decisão que indefere registro de candidatura	360
	13.2.2.21	Recurso.....	362
14		<b>Campanha eleitoral.....</b>	367
	14.1	Campanha eleitoral e pré-campanha.....	367
	14.1.1	Pré-campanha.....	368
	14.2	Direitos e deveres de candidatos no processo eleitoral .....	369
	14.2.1	Direitos de candidato.....	369
	14.2.2	Deveres de candidato.....	370
15		<b>Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas .....</b>	373
	15.1	Financiamento de campanha eleitoral.....	373
	15.1.1	Modelos de financiamento de campanha eleitoral .....	373
	15.1.2	Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral .....	378
	15.1.2.1	Limite de gastos de campanha .....	378
	15.1.2.2	Financiamento público .....	379
	15.1.2.2.1	Financiamento da quota eleitoral de gênero .....	381
	15.1.2.2.2	Financiamento étnico-racial de candidaturas...	382
	15.1.2.3	Financiamento privado.....	383
	15.1.2.3.1	Introdução .....	383
	15.1.2.3.2	Início e fim da arrecadação privada de recursos.....	383

	15.1.2.3.3	Formalidades para arrecadação de recursos: inscrição no CNPJ, abertura de conta bancária .....	384
	15.1.2.3.4	Documentação da arrecadação .....	385
	15.1.2.4	Recursos de campanha .....	386
	15.1.2.5	Objeto da doação .....	390
	15.1.2.6	Fontes de financiamento proibidas .....	392
	15.1.2.7	Gastos eleitorais .....	395
	15.1.2.8	Gastos eleitorais não sujeitos a registro .....	397
	15.1.2.9	Administração financeira da campanha .....	398
15.2		Prestação de contas de campanha eleitoral .....	398
	15.2.1	Generalidades .....	398
	15.2.2	Formas de prestação de contas .....	399
	15.2.3	Prestações de contas parciais e finais .....	400
	15.2.3.1	Retificação da prestação de contas .....	401
	15.2.4	Procedimento na Justiça Eleitoral .....	401
	15.2.5	Julgamento da prestação de contas .....	402
	15.2.5.1	Sobras de campanha, recursos de fundos públicos, de fonte vedada e origem não identificada .....	406
	15.2.5.2	Prazo para o julgamento das contas .....	406
	15.2.5.3	Recursos .....	407
	15.2.5.4	Omissão de informações e falsidade ideológica .....	407
	15.2.6	Assunção de dívida de campanha pelo partido .....	408
	15.2.7	Conservação dos documentos .....	409
15.3		Ação por doação irregular a campanha eleitoral .....	409
16		<b>Pesquisa eleitoral</b> .....	415
17		<b>Propaganda eleitoral</b> .....	419
	17.1	Propaganda política .....	419
	17.1.1	Caracterização da propaganda política .....	419
	17.1.2	Importância das novas tecnologias comunicacionais .....	421
	17.1.3	Tipos de propaganda política .....	424
	17.2	Propaganda eleitoral .....	426
	17.2.1	Introdução .....	426
	17.2.1.1	Proteção de dados pessoais na propaganda .....	427
	17.2.2	Princípios .....	428
	17.2.3	Classificação .....	430
	17.2.4	Propaganda eleitoral ilícita e sanção .....	432
	17.2.5	Propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada .....	433
	17.2.5.1	Não configuração de propaganda eleitoral antecipada: o art. 36-A da LE .....	436
	17.2.5.2	Dever de tratamento isonômico por emissoras de rádio e TV .....	441
	17.2.5.3	Impulsioneamento em redes sociais no período de pré-campanha .....	441
	17.2.5.4	Dever de informar o uso de tecnologias digitais .....	442

17.2.5.5	Responsabilidade por propaganda antecipada .....	443
17.2.6	Propaganda em bem público .....	443
17.2.7	Propaganda em bem de uso ou acesso comum .....	446
17.2.8	Propaganda em bem cujo uso dependa de autorização, cessão ou permissão do Poder Público .....	446
17.2.9	Propaganda em bem particular .....	447
17.2.10	<i>Outdoor</i> .....	450
17.2.11	Distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos .....	450
17.2.12	Comício, showmício e eventos assemelhados, <i>live</i> .....	451
17.2.13	Alto-falante, carro de som, minitrio e trio elétrico .....	453
17.2.14	Reunião e manifestação coletiva .....	454
17.2.15	Templo, culto e cerimônia religiosos .....	454
17.2.16	Caminhada, passeata, carreata e desfile em veículos automotores .....	455
17.2.17	Propaganda mediante distribuição de bens ou vantagens .....	455
17.2.18	<i>Telemarketing</i> eleitoral .....	456
17.2.19	Mensagens de felicitação e agradecimento .....	456
17.2.20	Divulgação de atos e atuação parlamentar .....	457
17.2.21	Mídia: meios de comunicação social .....	457
17.2.22	Mídia escrita .....	458
17.2.23	Mídia virtual .....	459
17.2.24	Rádio e televisão .....	460
17.2.24.1	Aspectos da propaganda no rádio e na televisão .....	460
17.2.24.2	Entrevistas com candidatos .....	462
17.2.24.3	Debate .....	463
17.2.24.4	Debate virtual .....	465
17.2.25	Propaganda gratuita no rádio e na televisão .....	466
17.2.25.1	Introdução .....	466
17.2.25.2	Conteúdo da propaganda .....	467
17.2.25.3	Distribuição do tempo de propaganda .....	468
17.2.25.4	Primeiro turno das eleições .....	470
17.2.25.5	Segundo turno das eleições .....	472
17.2.25.6	Invasão de horário e participação de apoiador .....	472
17.2.25.7	Inexistência de emissora geradora de sinais de rádio e televisão .....	474
17.2.25.8	Sanções .....	475
17.2.26	Propaganda na Internet, meios digitais e redes sociais .....	477
17.2.26.1	Introdução .....	477
17.2.26.2	Liberdade de expressão na Internet .....	478
17.2.26.3	Quem pode realizar propaganda eleitoral na Internet? .....	479
17.2.26.4	Marco temporal da propaganda eleitoral na Internet .....	479
17.2.26.5	Formas lícitas de propaganda eleitoral na Internet .....	480
17.2.26.6	Impulsionamento e priorização de conteúdos .....	481
17.2.26.7	Formas vedadas de propaganda eleitoral na Internet .....	483
17.2.26.8	Proibição de conteúdo <i>deepfake</i> .....	485
17.2.26.9	Dever de informar o uso de tecnologia digital, chatbot e avatar .....	486

	17.2.26.10 Dever de cuidado do provedor de aplicação e impulso- namento .....	487
	17.2.26.11 Responsabilidade jurídica.....	487
	17.2.26.12 Página institucional na Internet e perfis em redes sociais .	491
	17.2.26.13 Página institucional na Internet e perfis em redes sociais de agente público candidato a reeleição ou a outro cargo eletivo .....	492
	17.2.27 Dia das eleições: propaganda e liberdade de expressão dos eleito- res .....	493
	17.2.28 Violação de direito autoral.....	494
	17.2.29 Pronunciamento em cadeia de rádio ou TV .....	495
	17.2.30 Inviolabilidade parlamentar.....	495
17.3	Representação por propaganda eleitoral ilícita .....	495
	17.3.1 Procedimento do art. 96 da Lei das Eleições .....	495
	17.3.2 Caracterização da representação por propaganda eleitoral ilícita....	496
	17.3.3 Aspectos processuais da representação .....	496
	17.3.3.1 Procedimento .....	496
	17.3.3.2 Prazos .....	497
	17.3.3.3 Intimação de partes, procuradores e Ministério Público	498
	17.3.3.4 Início do processo.....	499
	17.3.3.5 Petição inicial .....	499
	17.3.3.6 Objeto.....	500
	17.3.3.7 Tutela inibitória.....	500
	17.3.3.8 Causa de pedir.....	501
	17.3.3.9 Partes .....	502
	17.3.3.10 Prazo para ajuizamento.....	504
	17.3.3.11 Desistência da ação.....	505
	17.3.3.12 Competência .....	506
	17.3.3.13 Tutela provisória .....	508
	17.3.3.14 Citação do representado .....	509
	17.3.3.15 Defesa .....	509
	17.3.3.16 Intervenção obrigatória do Ministério Público .....	509
	17.3.3.17 Extinção do processo sem resolução do mérito .....	510
	17.3.3.18 Julgamento antecipado do mérito .....	510
	17.3.3.19 Fase probatória.....	510
	17.3.3.20 Alegações finais.....	512
	17.3.3.21 Julgamento.....	512
	17.3.3.22 Recurso.....	513
17.4	Direito de resposta .....	516
	17.4.1 Caracterização do direito de resposta .....	516
	17.4.2 Aspectos processuais do pedido de direito de resposta .....	520
18	<b>Eleições, consultas populares, voto e proclamação dos resultados</b> .....	527
	18.1 Eleições e consultas populares.....	527
	18.1.1 Consultas populares.....	528
	18.2 Sobre o voto.....	529

18.2.1	Definição e classificação do voto.....	529
18.2.2	Voto e escrutínio .....	532
18.2.3	Voto eletrônico ou informatizado.....	532
18.2.4	Críticas ao sistema de votação: transparência da urna eletrônica e voto impresso.....	534
18.3	Garantias eleitorais.....	536
18.3.1	Introdução.....	536
18.3.2	Garantias de eleitores, mesários, fiscais e candidatos.....	538
18.3.3	Transporte de eleitores .....	539
18.3.4	Oferta de alimentos a eleitores .....	540
18.3.5	Restrição de acesso ao local de votação .....	540
18.3.6	Prioridade postal.....	541
18.3.7	Lei seca.....	541
18.3.8	Participação de forças federais nas eleições.....	541
18.3.9	Feriado nacional.....	542
18.4	Preparação para as eleições.....	542
18.5	Preparação para a votação.....	544
18.6	Dia da eleição: votação .....	545
18.7	Apuração e totalização dos votos .....	549
18.8	Proclamação dos resultados.....	550
18.9	Impugnação do funcionamento dos sistemas de votação ou apuração .....	551
19	<b>Diplomação</b> .....	553
19.1	Caracterização da diplomação.....	553
19.2	Candidato eleito com pedido de registro <i>sub judice</i> .....	555
20	<b>Invalidade: nulidade e anulabilidade de votos</b> .....	559
20.1	Considerações iniciais .....	559
20.2	Invalidade no Direito Eleitoral.....	561
20.2.1	Delineamento da invalidade no Direito Eleitoral .....	562
20.2.1.1	Inexistência.....	562
20.2.1.2	Nulidade.....	563
20.2.1.3	Anulabilidade.....	567
20.3	Prazos para arguição.....	573
20.4	Efeitos da invalidade .....	574
20.4.1	Efeitos gerais da invalidade.....	574
20.4.2	Indeferimento de registro de candidatura .....	574
20.4.2.1	Primeira situação: nulidade dos votos .....	575
20.4.2.2	Segunda situação: anulabilidade dos votos .....	575
20.4.3	Cassação de registro de candidatura, diploma ou mandato.....	580
20.4.3.1	Cassação de registro de candidatura e nulidade dos votos ..	580
20.4.3.2	Cassação e anulabilidade dos votos .....	581
20.4.4	Convocação de novas eleições e anulação de votos.....	582
21	<b>Ilícitos eleitorais e responsabilidade eleitoral</b> .....	585
21.1	Ilícito eleitoral.....	585
21.1.1	Configuração do ilícito eleitoral.....	585

21.1.2	Sanção por ilícito eleitoral e proporcionalidade .....	586
21.1.3	Espécies de ilícitos eleitorais .....	586
21.2	Abuso de poder .....	586
21.2.1	Introdução .....	586
21.2.2	O que é abuso de poder? .....	587
21.2.3	Poder e influência .....	589
21.2.4	Tipologia legal do abuso de poder: <i>numerus clausus</i> ou <i>numerus apertus</i> ? .....	589
21.2.5	Abuso de poder econômico .....	591
21.2.6	Abuso de poder de autoridade .....	593
21.2.7	Abuso de poder político .....	594
21.2.8	Abuso de poder político-econômico .....	597
21.2.9	Abuso de poder midiático .....	597
21.2.10	Abuso de poder na Internet, meios digitais e redes sociais .....	599
21.2.11	Abuso de poder mediante discurso: os atos perlocutórios .....	602
21.2.12	Abuso de poder religioso .....	604
21.2.13	Abuso de poder docente .....	608
21.2.14	Gravidade das circunstâncias .....	608
21.2.15	Sanção por abuso de poder .....	610
21.3	Fraude .....	610
21.3.1	Sanção por fraude .....	612
21.4	Corrupção .....	612
21.4.1	Sanção por corrupção .....	614
21.5	Captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais – LE, art. 30-A .....	615
21.5.1	Caracterização da captação ou gasto ilícito de recursos .....	615
21.5.2	Sanção por captação ou gasto ilícito de recursos .....	617
21.6	Captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A .....	617
21.6.1	Caracterização da captação ilícita de sufrágio .....	617
21.6.2	Sanção por captação ilícita de sufrágio .....	625
21.7	Condutas vedadas a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78 .....	626
21.7.1	Caracterização da conduta vedada .....	626
21.7.2	Espécies de condutas vedadas .....	629
21.7.2.1	Cessão ou uso de bens públicos – art. 73, I .....	629
21.7.2.2	Uso de materiais ou serviços públicos – art. 73, II .....	633
21.7.2.3	Cessão ou uso de servidor público para comitê de campanha eleitoral – art. 73, III .....	634
21.7.2.4	Uso promocional de bens ou serviços públicos – art. 73, IV .....	636
21.7.2.5	Nomeação, admissão, transferência ou dispensa de servidor público – art. 73, V .....	637
21.7.2.6	Transferência voluntária de recursos – art. 73, VI, <i>a</i> .....	639
21.7.2.7	Propaganda institucional em período eleitoral – art. 73, VI, <i>b</i> .....	640
21.7.2.8	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão – art. 73, VI, <i>c</i> .....	643

21.7.2.9	Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração Pública ou por entidade vinculada a candidato – art. 73, §§ 10 e 11.....	644
21.7.2.10	Infringir o § 1º do art. 37 da CF – art. 74.....	645
21.7.2.11	Despesas excessivas com propaganda institucional – art. 73, VII.....	647
21.7.2.12	Revisão geral de remuneração de servidores – art. 73, VIII.....	649
21.7.2.13	Contratação de show artístico em inauguração de obra – art. 75.....	650
21.7.2.14	Comparecimento de candidato em inauguração de obra pública – art. 77.....	650
21.7.2.15	Sanção por conduta vedada e proporcionalidade.....	651
21.7.2.16	Improbidade administrativa e ressarcimento de dano ao erário.....	653
21.8	Responsabilidade eleitoral.....	654
21.8.1	Noção de responsabilidade jurídica.....	654
21.8.2	Responsabilidade eleitoral e seu fundamento.....	655
21.8.3	Exigência de processo justo.....	657
<b>22</b>	<b>Perda de mandato eletivo, invalidação de votos e eleição suplementar.....</b>	<b>659</b>
22.1	extinção de mandato eletivo.....	659
22.1.1	Causa não eleitoral de extinção de mandato.....	660
22.2	Causa eleitoral de extinção de mandato eletivo.....	661
22.2.1	Cassação de registro de candidatura, diploma ou mandato em razão de ilícito e invalidação da votação.....	661
22.2.2	Não deferimento de registro de candidatura e invalidação da votação....	662
22.3	Eleição suplementar, invalidação de votos – o art. 224 do CE.....	663
22.3.1	O art. 224 do Código Eleitoral.....	663
22.3.1.1	O regime do <i>caput</i> do art. 224 do CE.....	664
22.3.1.2	O regime do § 3º do art. 224 do CE.....	665
22.3.2	Constitucionalidade do art. 224, §§ 3º e 4º, do CE.....	667
22.3.3	Eleição suplementar: novo processo eleitoral ou mera renovação do escrutínio anterior?.....	669
22.3.4	Eleição suplementar direta e indireta.....	670
22.3.5	Ao causador da invalidação da eleição é vedado disputar o novo pleito suplementar.....	671
22.3.6	Responsabilidade civil por danos materiais e morais coletivos decorrentes da realização de eleição suplementar.....	672
<b>23</b>	<b>Ações eleitorais: procedimento do art. 22 da LC nº 64/90.....</b>	<b>675</b>
23.1	Processo jurisdicional eleitoral.....	675
23.2	Tópicos processuais.....	676
23.2.1	Devido processo legal.....	676
23.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	677
23.2.3	Celeridade.....	677
23.2.4	Imparcialidade dos agentes da Justiça Eleitoral.....	677
23.2.5	Demanda ou dispositivo.....	678

23.2.6	Impulso oficial .....	678
23.2.7	Congruência ou correlação entre a imputação e a sentença .....	679
23.2.8	Aditamento e alteração da causa de pedir .....	680
23.2.9	Art. 23 da LC nº 64/90 e persuasão racional do juiz .....	680
23.2.10	Fundamentação das decisões judiciais .....	681
23.2.11	Publicidade.....	681
23.2.12	Boa-fé objetiva e lealdade.....	682
23.2.13	Instrumentalidade do processo.....	682
23.2.14	Gratuidade .....	682
23.2.15	<i>Amicus curiae</i> .....	683
23.2.16	Autocomposição, conciliação e mediação .....	684
23.2.17	Negócio jurídico processual.....	685
23.2.18	Prioridade na tramitação de feitos quanto a idoso, portador de doença grave e portador de deficiência.....	687
23.2.19	Processo eletrônico .....	687
23.2.20	Sessão de julgamento por meio eletrônico .....	688
23.3	Ações eleitorais .....	690
23.4	Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) por abuso de poder .....	692
23.4.1	Considerações iniciais .....	692
23.4.2	Procedimento da AIJE.....	693
23.4.3	Atos judiciais e ordinatórios .....	693
23.4.4	Prazos processuais.....	694
23.4.5	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público.....	696
23.4.6	Início do processo .....	697
23.4.7	Petição inicial.....	697
23.4.8	Objeto .....	698
23.4.8.1	Inelegibilidade, cassação de registro e de diploma.....	698
23.4.8.2	Tutela inibitória.....	699
23.4.9	Causa de pedir .....	700
23.4.10	Partes.....	703
23.4.11	Prazo para ajuizamento .....	709
23.4.12	Litispendência e coisa julgada .....	710
23.4.13	Sucessão processual .....	711
23.4.14	Desistência da ação .....	712
23.4.15	Competência.....	712
23.4.15.1	Conflito de competência.....	713
23.4.16	Tutela provisória.....	714
23.4.16.1	Tutela provisória de urgência antecipada .....	714
23.4.16.2	Tutela provisória de urgência cautelar .....	716
23.4.16.3	Tutela provisória de evidência.....	716
23.4.17	Citação .....	717
23.4.18	Defesa .....	718
23.4.19	Arguição de incompetência .....	719
23.4.20	Arguição de imparcialidade do juiz: impedimento e suspeição .....	719
23.4.21	Extinção do processo sem resolução do mérito.....	722
23.4.22	Julgamento antecipado do mérito.....	722

23.4.23	Provas.....	723
23.4.24	Colheita e produção antecipada de provas .....	742
23.4.25	Audiência de instrução probatória .....	743
23.4.26	Diligências.....	744
23.4.27	Alegações finais .....	744
23.4.28	Relatório .....	745
23.4.29	Julgamento .....	745
23.4.30	Recurso .....	748
23.4.30.1	Recurso contra decisão interlocutória .....	749
23.4.30.2	Recurso contra decisão final, extintiva do processo ou da fase cognitiva do procedimento.....	751
23.4.30.3	Juntada de documento novo no recurso.....	753
23.4.31	Efeitos do recurso.....	754
23.4.31.1	Efeito imediato do acórdão que cassa diploma: afastamento do mandatário cassado .....	755
23.4.32	Juízo de retratação.....	756
23.4.33	Recurso adesivo.....	756
23.4.34	Sessão de julgamento por meio eletrônico .....	756
23.5	Ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais – LE, art. 30-A.....	757
23.6	Ação por captação ilícita de sufrágio – LE, art. 41-A .....	762
23.7	Ação por conduta vedada a agentes públicos – LE, arts. 73 a 78 .....	767
23.8	Cúmulo de ações: cúmulo de pedidos em um mesmo processo .....	772
23.9	Conexão e reunião de causas eleitorais .....	772
23.9.1	Juízo competente.....	774
23.9.2	Procedimento a ser observado .....	775
23.9.3	Compartilhamento de provas.....	775
23.10	Extensão da <i>causa petendi</i> e princípio da congruência .....	775
<b>24</b>	<b>Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) .....</b>	<b>777</b>
24.1	Caracterização da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	777
24.1.1	Compreensão da AIME.....	777
24.1.2	Inelegibilidade e AIME.....	778
24.2	Procedimento da AIME .....	780
24.2.1	Introdução.....	780
24.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC.....	781
24.2.3	Temas comuns com o procedimento da AIJE.....	781
24.2.4	Segredo de justiça.....	781
24.2.5	Petição inicial.....	782
24.2.6	Objeto .....	784
24.2.7	Causa de pedir .....	784
24.2.8	Partes.....	784
24.2.9	Prazo para ajuizamento .....	786
24.2.10	Litispêndência e coisa julgada .....	787
24.2.11	Desistência da ação .....	787
24.2.12	Competência.....	788
24.2.13	Tutela provisória de urgência cautelar.....	789

24.2.14	Citação.....	789
24.2.15	Defesa.....	789
24.2.16	Arguição de incompetência.....	790
24.2.17	Extinção do processo.....	790
24.2.18	Julgamento antecipado do mérito.....	791
24.2.19	Fase probatória: audiência de instrução e diligências.....	791
24.2.20	Alegações finais.....	792
24.2.21	Julgamento.....	793
24.2.22	Recurso.....	794
24.2.23	Juízo de retratação.....	794
<b>25</b>	<b>Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED).....</b>	<b>795</b>
25.1	Caracterização do Recurso contra Expedição do Diploma.....	795
25.2	Natureza jurídica do RCED.....	797
25.3	Recepção do RCED pela Constituição Federal de 1988.....	798
25.4	Aspectos processuais.....	799
<b>26</b>	<b>Execução e cumprimento de decisões eleitorais.....</b>	<b>807</b>
26.1	Introdução.....	807
26.2	Decisões eleitorais condenatórias.....	807
26.3	Pagamento voluntário integral ou parcelado.....	808
26.4	Execução e cumprimento de decisões condenatórias em sanção pecuniária..	810
26.4.1	Efeitos acessórios do inadimplemento da dívida.....	810
26.4.2	Liquidação do título.....	810
26.4.3	Procedimentos legais para execução e cumprimento da decisão.....	811
26.4.4	Cumprimento da decisão – rito dos arts. 523 e ss. do CPC.....	811
26.4.5	Execução da dívida – rito da LEF.....	812
26.4.6	Cumprimento <i>ex officio</i> .....	812
26.4.7	Competência.....	813
26.4.8	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	814
26.4.9	Impenhorabilidade dos recursos públicos alocados no Fundo Par- tidário.....	816
26.4.10	Honorários advocatícios.....	816
26.4.11	Prazos processuais.....	817
26.4.12	Prescrição e prescrição intercorrente.....	817
<b>27</b>	<b>Ação rescisória.....</b>	<b>819</b>
27.1	Ação rescisória eleitoral.....	819
27.2	Ação de anulação de ato processual.....	822
27.3	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i> .....	822
	<b>Referências.....</b>	<b>823</b>
	<b>Índice.....</b>	<b>833</b>
	<b>Apêndice.....</b>	<b>841</b>